

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6335 - SEGUNDA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 2019



DESMONTE DO BNDES PRECARIZA INFRAESTRUTURA

Principal agente financiador, de forma direta e indireta, de rodovias, hospitais, metrô, ferrovias, portos, pontes e obras de saneamento, o BNDES é alvo de desmonte no governo Bolsonaro. O resultado será a precarização da infraestrutura e o aumento das desigualdades.

O pensamento ultraliberal é de que as soluções de financiamentos estão nas mãos do mercado financeiro e que o BNDES pode ser drasticamente reduzido. Mas, basta voltar à história. Em 2008, quando a crise econômica abalava o mundo, a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em fomentar grandes projetos para garantir a atividade econômica com geração de novos postos de trabalho e consumo, foi imprescindível para manter o Brasil em cres-



cimento.

A grande questão é que com Bolsonaro, o volume de operações já tem caído. No primeiro trimestre do ano, as consultas por empréstimos no BNDES totalizaram R\$ 8,3 bilhões. Em igual período de 2018, a soma foi de R\$ 14 bilhões. Redução de 40,7%.

É bem verdade que o desmonte do banco começou com a mudança nas taxas de juros de longo prazo, que está mais cara, feita pelo governo Michel Temer e mantida pela equipe econômica de Jair Bolsonaro. Em abril de 2017, a Medida Provisória 777, acabou com a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

Pelo visto, diante do perfil do governo, o cenário de aprofundamento da crise não deve mudar. O Brasil carece de um projeto de desenvolvimento. Gravíssimo.

Fonte: SBBA



POLÍTICA DE AUSTERIDADE ELEVA A POBREZA NO PAÍS



Com a estagnação econômica, a queda na renda das famílias brasileiras o país está mais pobre. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) ficou praticamente estável de 2016 para 2017, passando de 0,776 para 0,778. Os dados reduzem a renda domiciliar e aumento de pessoas na extrema pobreza.

Os dados escancaram ainda o preconceito racial no mercado de trabalho. A média salarial de um trabalhador branco é de R\$ 1.144,76. Já a do negro é de R\$ 580,79. No recorte por sexo, a renda média caiu para homens e mulheres, mas a diferença é grande, R\$ 1.543,21 e R\$ 1.165,59, respectivamente.

O índice Gini, que mede a desigualdade, ficou estagnado em 0,55. Quanto mais perto de zero, menor a desigualdade. Os avanços mais importantes no IDH são do governo Lula, no período entre 2000 e 2010.

Os medidores referentes a 2017 atestam que o achatamento da renda e o aumento da inflação atingem diretamente os mais pobres, piorando a situação das famílias de baixa renda. (SBBA)

NUVENS - A decisão da PGR de suspender as investigações sobre os ataques virtuais ao STF, o mandado de busca e apreensão na casa do general Paulo Chagas, suspeito pelas fake news, a recusa do Supremo em acatar o arquivamento, a queda de braço entre Bolsonaro e Guedes pelo aumento no preço do diesel e a ameaça de greve dos caminhoneiros deixam o ambiente nublado. Institucional e politicamente. (SBBA)

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: CID

Tarde: PAULINHO

NÃO À CAPITALIZAÇÃO

A reforma previdenciária é o carro-chefe do governo Bolsonaro na área econômica. Com apoio veemente da tenebrosa turma da bufunfa, o Ministério da Economia proclama a impossibilidade de adiá-la. Afirma-se que ela é indispensável para evitar o colapso das finanças públicas.

Mas algo não bate bem na retórica dos defensores da reforma. O cerne da proposta apresentada ao Congresso parece ser a implantação de um regime de capitalização, baseado em contas individuais, no lugar do atual regime de repartição, considerado falido e insustentável. Ora, a transição para a capitalização impõe tremenda sobrecarga às finanças públicas. Que sentido faz impor tal sobrecarga se o desequilíbrio das contas do governo é um dos principais problemas do País? A reforma não é justificada pela contribuição que daria ao reequilíbrio fiscal?

Falta tudo a este governo, inclusive o mais elementar bom senso. Mas, a bem da verdade, não sei se o problema é realmente esse. Pesados interesses financeiros nacionais e estrangeiros devem estar se articulando para gerir o novo regime previdenciário e tomar conta da enorme massa de recursos que será transferida para contas individuais, administradas por instituições privadas.

A turma da bufunfa, imagino, saliva intensamente ao vislumbrar as oportunidades de negócio que a privatização da Previdência permitirá. O custo de transição para a capitalização é problema conhecido, enfrentado em maior ou menor grau por todos os países que resolveram adotar esse regime, a começar pelo Chile em 1981.

A razão é simples. Com a entrada em vigor da capitalização como pilar central da Previdência, o sistema público perde contribuintes. O governo indicou que não haverá contribuição patronal no novo sistema (ou que as contribuições serão mais leves). Os novos empregos serão ofertados, portanto, só para quem aceitar a capitalização. Empregados antigos serão demitidos para permitir contratações no novo regime.

Se isso acontecer, pode haver rápido encolhimento do número de contribuintes do regime público de repartição. Permanecerão, porém, as despesas com os seus beneficiários.

E o custo da transição?

Embora reconheça a existência do problema, a equipe econômica não apresenta estimativas do custo de transição ou sequer especifica a forma exata que tomaria o novo regime. O que se fez foi propor ajustes draconianos ao atual sistema de Previdência e assistência social, com o intuito de gerar uma economia calculada em 1 trilhão de reais nos próximos dez anos, o que supostamente permitiria implantar a capitalização. Em nome disso, a proposta do governo inclui diversas mudanças, inclusive a fixação de idades mínimas, regras duras de transição, aumento do tempo de contribuição, redução do valor das aposentadorias e pensões, além de cortes em benefícios não previdenciários.

Detalhe: quando o governo do general Augusto Pinochet implantou o regime de capitalização, o Congresso estava em recesso há vários anos. A proposta era tão atraente, diga-se de passagem, que a ditadura militar chilena resolveu deixar de fora os integrantes do Exército, que continuaram no sistema público de Previdência.

Apesar dessas origens comprometedoras, a experiência do Chile foi referência internacional durante muito tempo. Fazia parte do chamado Consenso de Washington. Organizações multilaterais, como o FMI, a OCDE e, principalmente, o Banco Mundial, elogiavam e recomendavam insistentemente o modelo chileno.

Nas décadas seguintes, 29 países privatizaram seus sistemas previdenciários, a maior parte deles da América Latina, da Europa Oriental e da antiga União Soviética. Aspecto intrigante: nenhum país desenvolvido adotou o modelo chileno, tão recomendado pelas organizações multilaterais por eles controladas. As nações desenvolvidas têm seguido, em geral, o caminho de fazer reformas pontuais, ditas paramétricas, nos regimes previdenciários públicos.

O problema da capitalização não reside apenas no custo de transição. Estudo recente realizado por técnicos da Organização Internacional do Trabalho conclui que os resultados da experiência com esse modelo têm sido insatisfatórios, às vezes desastrosos.

Os níveis de benefícios gerados pelo sistema foram insuficientes, levando muitas pessoas a situações de vulnerabilidade. Em alguns países, a capitalização deu lugar a uma legião de idosos pobres, tornando-se altamente impopular. Até o ano passado, segundo esse estudo, 18 dos 30 países que seguiram o modelo voltaram atrás, no todo ou em parte. O Banco Mundial retirou o seu apoio à capitalização. O próprio Chile está em processo de revisão do seu sistema previdenciário.

Por que então embarcar nessa canoa furada?

**Paulo Nogueira Batista Jr. é economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países. - Fonte: CartaCapital*